



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

PARECER Nº 301/CG/CMPV-2025

PROCESSO ELETRÔNICO	00600-00027696/2025-18-e
ORIGEM:	DFD Nº 17/2025 – DCPA (e-DOC 9EFF38E3)
OBJETO:	Aquisição de Material de expediente
VALOR TOTAL ESTIMADO:	R\$ 54.575,00
ASSUNTO:	Emissão de Parecer quanto à Dispensa de Licitação.
PARECER JURÍDICO:	Nº 63/PG/CMPV/2025 (e-DOC 1CC5FADF)

Senhor Presidente,

Esse Controle Interno dotado de acatamentos técnicos, que lastreiam o embasamento legal, para suas análises, no que diz respeito à filtragem para a obtenção do norte, na emissão do parecer técnico administrativo, principalmente em atendimento os disciplinamentos da Decisão Monocrática nº 009/2015/GCWCSC, da lavra do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, publicado no Diário do TCER nº 865 ano V, que orienta a obrigatoriedade da emissão de Parecer Técnico em todos os procedimentos da administração que importem em desembolso de recursos públicos, a serem entregues a agentes públicos e particulares, mediante a prestação do objeto do serviço contratado, indenizado ou conveniado, assim como a atenção aos Princípios gerais que norteiam o Controle Interno que são: Coordenar, Planejar, Fiscalizar e orientar, vem emitir o Parecer, que assim segue:

Aportou nesse Controle Interno o Processo Eletrônico nº 00600-00027696/2025-18-e, advindo da Douta procuradoria Geral, que trata da contratação de empresa especializada em fornecimento de material de consumo (Material de Expediente), com o intuito de atender as necessidades da CMPV, conforme Termo De Abertura De Processo (e-DOC 74516271), documento de Formalização da Demanda – DFD Nº 17/2025-DCPA(e-DOC 9EFF38E3), acompanhado do Estudo Técnico Preliminar nº 07/2025 (e-DOC 563B1969) e do Termo de Referência Nº 07/2025(e-DOC 85BDD458 – Peça 05), cujos os bens a serem adquiridos segue descrito conforme item 5 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO, um total de 47 itens.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

No e-DOC 563B1969, consta O Estudo Técnico Preliminar Nº 07/2025, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação (fase preparatória do certame) que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação (art. 6º, inciso XX, da Lei Nacional n.º 14.133/2021), contemplando, entre outros elementos, a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento, a manifestação sobre a viabilidade da contratação e, ainda, no anexo I, o Mapa de risco que identifica potenciais problemas(ex.: atraso no cronograma, aumento de preços, questionamentos no certame) e respectivas ações preventivas/contingenciais.

No e-DOC 85BDD4585, constata-se o Termo de Referência nº 07/2025 como define o art. 72º, inciso I, da Lei de Licitação nº 14.133/2021. É um documento indispensável para o início de uma licitação, ele define regras e o objeto que realmente vai se contratar, é um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de obras ou serviços, neste caso em específico, suas diretrizes enfocaram o objeto "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE", o que realmente foi solicitado.

Consta, nos e-DOC 729A9A28, as cotações de preços efetuadas para obter o valor de mercado, bem como quadro comparativo de preços médios(e-DOC D6D7B222), elaborado pela Divisão De Compras E Instrução Processual, devidamente assinado pelo servidor Derlon Diogenes Marim – Chefe divisão de compras e instrução processual, onde ficou demonstrado que a empresa cotante do objeto com o menor preço foi a **"A.C.F MOREIRA – ME, CNPJ 14.410.553/0001-27, com o valor total R\$ 54.575,00 (Cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais)**, conforme quadro demonstrativo abaixo das empresas que apresentaram suas propostas de preços.

EMPRESA PROPONENTE	VALOR DA PROPOSTA
A.C.F MOREIRA – ME – CNPJ 14.410.553/0001-27	R\$ 54.574,90
ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ: 05.555.440/0001-29	R\$ 57.909,60
3VCS-VIEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIROLI-EPP CNPJ: 17.732.735/0001-02	R\$ 58.681,20
MEDIA PREÇO TOTAL (R\$)	R\$ 57.055,23

Com a cotação de preços mercadológica, observa-se que a empresa já acima identificada, ofereceu o menor preço, devendo ser procedida com a Dispensa de Licitação, em razão do valor apresentado, assim como a



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

manifestação da Douta Procuradoria-Geral em seu Parecer Jurídico Administrativo sob o nº 129/PG/CMPV/2025 (e-DOC 1CC5FADF - peça 20), doutrinando através do art. Art. 75, caput, inciso II, da Lei de Licitação nº 14.133/2021, acerca da modalidade de Dispensa de Licitação, ressaltando que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos.

Acrescentou ainda o citado Parecer Jurídico que *“esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por DISPENSA, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa.”*

No e-DOC 399BD137– peça 15, encontra-se a reserva orçamentária – nota de pré-empenho nº 31/2025 – no elemento 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO –, **no valor TOTAL de R\$ 54.575,00 (Cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais)**, atendendo assim, o que declina o artigo 150 da respectiva Lei de Licitação, que assim reza:

Art. 150.

Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

Nesta seara de informações e análise, identificou-se no interior do processo farta documentação da empresa ofertante do menor preço, como se observa nos e-DOC 341964E5 – Peça 09 e e-DOC E98AD067– Peça 10, tais como certidões negativas exigidas em leis – devidamente atualizadas quando do envio da cotação de preços, todavia não foi acostada aos autos a respectiva confirmação de autenticidade das certidões, as quais deverão ser autenticadas e atualizadas por ocasião do pagamento da despesa pela Divisão de Contratos –, constando também documento de habilitação, tais como contrato social e documento dos sócios.

No e-DOC 6B0C4845, encontra-se acostado a análise técnica da comissão permanente de licitação acerca do objeto solicitado, no qual informa todos os documentos apensados, tais como, valores apresentados, reserva de saldo, vantajosidade da contratação, e, ao final, declinando pela pretenda contratação por dispensa de licitação.

Desta feita, essa Controladoria Geral é FAVORÁVEL a continuidade dos trâmites do processo, devendo ser atendido o que se



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

orienta, a fim de cumprir as exigências formalmente exigível na Resolução da Mesa Diretora nº 031/CMPV-2019, datada de 23/09/2019, conforme o abaixo elencado.

Encaminhe-se:

À
DIVISÃO DE COMPRAS E INSTRUÇÃO PROCESSUAL

1 – Relatar as razões pelas quais a pesquisa de preços não está sendo realizada por meio da ferramenta BANCO DE PREÇOS, considerando que este Poder Legislativo desembolsa, anualmente, montante expressivo para a utilização dessa base de dados, a qual foi concebida justamente para subsidiar a administração em todas as etapas da contratação pública: desde a fase preparatória, passando pela licitação, até a execução contratual;

À
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

1 – Não restou devidamente esclarecido se a entrega dos materiais de consumo objeto deste processo ocorrerá em parcela única ou de forma parcelada. Diante disso, esta Controladoria manifesta preocupação quanto ao recebimento integral, em uma única remessa, de expressiva quantidade de material de expediente. Tal volume, além de representar elevado desembolso financeiro de uma só vez, pode superar a capacidade de armazenamento físico do almoxarifado da Câmara Municipal, especialmente no que se refere às condições adequadas de conservação, controle de validade e segurança dos produtos.

A
PROCURADORIA GERAL

1 – Elaborar **Termo de Deliberação** pela modalidade de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo;

AO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA:

- 1- Tomar conhecimento deste parecer
- 2- Autorizar o Empenhamento da Despesa



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

A

DIVISÃO DE ORÇAMENTO:

Emitir nota de empenho no valor total de R\$ 54.575,00 (Cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais), no elemento de despesa constante da reserva orçamentária acostada no e-DOC 399BD137- peça 15, discriminando os bens conforme item 5 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO – do termo de referência nº 07/2025, sendo um total de 47 itens, observando as orientações dessa Controladoria.

É O PARECER, **SMJ**.

Porto Velho, 18 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)

Ivair Martins Passarinho
Controlador Geral CMPV
Dec. 555/2025



Assinado por **Ivair Martins Passarinho** - Controlador Geral - Em: 18/09/2025, 10:33:20